

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,  
Cumprindo determinações legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2010, acompanhadas das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes.  
O Banco Semear encerrou o 1º semestre de 2010 apresentando um resultado positivo de R\$ 4,025 milhões (R\$ 84 mil em 30/06/2009).

Por sua vez, o Patrimônio Líquido atingiu o montante de R\$ 86,357 milhões (R\$ 73,945 milhões em 30/06/2009), reforçando o compromisso dos acionistas com a hígideza da Instituição. Adicionalmente, vale destacar os desempenhos das carteiras de crédito e captação da Instituição. São eles, respectivamente: R\$ 389,295 milhões (R\$ 249,204 milhões em 30/06/2009) e R\$ 397,111 milhões (R\$ 222,323 milhões em 30/06/2009), e correspondem a

um crescimento de 56% num caso e de 79% no outro. Neste contexto, importante ressaltar o compromisso da Administração para uma gestão eficiente na concessão de crédito, visando atender ao binômio segurança-rentabilidade, como forma de se atingir a rentabilidade compatível para o segmento. Com estes números e com esta palavra, encaminhamos aos

acionistas o resultado deste trabalho, agradecendo o apoio sempre presente. A nossos colaboradores e, sobretudo, nossos clientes e parceiros, um agradecimento especial pela confiança e prestígio com que fomos distinguidos.

### A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO - (Em reais mil)		
	2010	2009
<b>ATIVO</b>		
<b>Ativo Circulante</b>	<b>306.314</b>	<b>173.663</b>
Disponibilidades	357	319
Aplicações interfinanceiras de liquidez: (nota 4)	28.691	8.429
• Aplicações no mercado aberto	27.251	6.999
• Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.440	1.430
Títulos e valores mobiliários: (nota 5)	7.521	2.456
• Carteira própria	5.413	2.307
• Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-
(nota 6)	2.108	149
Relações interfinanceiras	957	1.029
Operações de crédito: (nota 7)	243.695	140.929
• Setor público	-	140
• Setor privado	257.705	155.247
• (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(14.010)	(14.458)
Outros créditos (nota 9)	14.175	14.296
Outros valores e bens (nota 10)	10.918	6.205
<b>Não Circulante</b>	<b>216.007</b>	<b>145.105</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>214.241</b>	<b>143.165</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez: (nota 4)	31.980	13.697
• Aplicações no mercado aberto	320	-
• Aplicações em depósitos interfinanceiros	31.660	13.697
Títulos e valores mobiliários: (nota 5)	21.887	24.116
• Carteira própria	21.795	23.593
• Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-
(nota 6)	92	523
Operações de crédito: (nota 7)	129.666	85.068
• Setor público	131.590	93.817
• (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.924)	(8.749)
Outros créditos (nota 9)	17.171	9.621
Outros valores e bens (nota 10)	13.217	10.663
<b>Permanente</b>	<b>1.766</b>	<b>1.940</b>
Investimentos	-	482
Imobilizado de uso	768	778
Intangível	998	680
<b>Total do Ativo</b>	<b>522.321</b>	<b>318.768</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO (Em reais mil)						
	Reserva de Lucro		Reserva Legal	Reserva de Retenção de lucros	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
	Capital Realizado	Reserva de Capital				
<b>Saldos em 31.12.2008</b>	<b>39.582</b>	<b>247</b>	<b>2.998</b>	<b>28.922</b>	-	<b>71.749</b>
Aumento de Capital	4.078	-	-	-	-	4.078
Outros eventos:	-	-	-	-	-	-
• Atualização de títulos patrimoniais	-	34	-	-	-	34
• Lucro do semestre	-	-	-	-	84	84
Destinações:	-	-	-	-	-	-
• Constituição de Reserva Legal	-	-	4	-	(4)	-
• Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(2.000)	-	(2.000)
• Reclassificação para Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	80	(80)	-
<b>Saldos em 30.06.2009</b>	<b>43.660</b>	<b>281</b>	<b>3.002</b>	<b>27.002</b>	-	<b>73.945</b>
<b>Saldos em 31.12.2009</b>	<b>43.660</b>	<b>3.469</b>	<b>3.469</b>	<b>33.471</b>	-	<b>80.600</b>
Aumento de Capital	3.732	-	-	-	-	3.732
Outros eventos:	-	-	-	-	4.025	4.025
• Lucro do Semestre	-	-	-	-	4.025	4.025
Destinações:	-	-	-	-	-	-
• Constituição de Reserva Legal	-	-	201	-	(201)	-
• Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(2.000)	-	(2.000)
• Reclassificação para Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	1.824	(1.824)	-
<b>Saldos em 30.06.2010</b>	<b>47.392</b>	<b>3.469</b>	<b>3.670</b>	<b>35.295</b>	-	<b>86.357</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E 2009 (Valores expressos em milhares de reais)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Instituição iniciou suas atividades em 2 de outubro de 1995, sendo posteriormente adquirida pelos acionistas do Grupo Seculus, cuja homologação da transferência do controle societário ocorreu em 1º de fevereiro de 2006. Está autorizada a operar como banco múltiplo nas carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento. Atua focada em produtos de crédito, ofertando para pessoas físicas especialmente, crédito direto ao consumidor (CDC), bem como, crédito consignado em folha de pagamento de entidades públicas e privadas, além de crédito pessoal. Para pessoas jurídicas, concentra-se nos segmentos de pequenas e médias empresas, operando nas modalidades de capital de giro, desconto de recebíveis e fiança bancária.

Por sua vez, capta recursos através de títulos de renda fixa, notadamente por Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e Depósitos com Garantia Especial - FGC (DPGE), garantindo rentabilidade, segurança e liquidez, bem como através de operações estruturadas com instituições financeiras, mediante cessões de créditos financeiros.

#### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As informações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), com as alterações da Lei nº 11.638/2007, nas normas e instruções do Banco Central do Brasil contidas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e do Conselho Monetário Nacional, no que for aplicável, conforme descrito na nota explicativa nº 3 "I" (Principais Critérios Contábeis Adotados - Outros Critérios Contábeis).

A Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC não era requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelo Banco Central do Brasil até o exercício findo em 31 de dezembro de 2007, mas a partir do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2008 foi elaborada pelo método indireto para fins de sua apresentação comparativa.

Por sua vez, também na Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC, para fins de concentrar no fluxo operacional toda a atividade de intermediação financeira, as variações quanto às captações de recursos em depósitos foram transferidas da atividade de financiamento para a atividade operacional.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil.

Neste sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil, são:

- Resolução nº 3.566/2008 - Redução ao valor recuperável de Ativos;

- Resolução nº 3.604/2008 - Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Resolução nº 3.750/2009 - Divulgação sobre Partes relacionadas; e
- Resolução nº 3.823/2009 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Atualmente não é possível estimar quando o Banco Central do Brasil irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva.

Neste sentido, a Administração requereu de suas áreas técnicas a realização de estudos para identificação dos eventuais impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis do Banco Semear S.A.

#### 3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS

**a. Receitas e despesas**  
As receitas e despesas, bem como os direitos e obrigações, são reconhecidos e apropriados pelo regime de competência.

**b. Caixa e equivalentes de caixa**  
Conforme Resolução nº 3.604/2008 do Conselho Monetário Nacional, incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias. Sua composição pode ser assim sintetizada:

	30/06/2010	30/06/2009
Caixa	91	149
Reservas Livres	266	170
<b>Total</b>	<b>357</b>	<b>319</b>

**c. Aplicações interfinanceiras**  
As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos até a data do balanço.

**d. Títulos e valores mobiliários**  
A Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, que alterou a classificação dos títulos e valores mobiliários de acordo com a intenção de negociação pela Administração em três categorias específicas, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2002, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, de forma que os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos na demonstração de resultado.
- Títulos disponíveis para venda - Incluem os títulos e valores mobiliários contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração de resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - (Em reais mil)

	2010	2009
<b>DISCRIMINAÇÃO</b>		
<b>Receitas de Intermediação Financeira</b>	<b>52.650</b>	<b>45.593</b>
Operações de crédito (nota 14)	48.645	42.767
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (nota 14)	2.947	2.287
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (nota 14)	1.058	539
<b>Despesas de Intermediação Financeira</b>	<b>(30.000)</b>	<b>(32.777)</b>
Operações de captação no mercado (nota 14)	(16.786)	(10.235)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 14)	(13.214)	(22.542)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>	<b>22.650</b>	<b>12.816</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>	<b>(18.175)</b>	<b>(16.661)</b>
Receitas de prestação de serviços (nota 15)	477	115
Rendas de tarifas bancárias (nota 15)	2.756	1.224
Despesas de pessoal (nota 15)	(1.311)	(790)
Outras despesas administrativas (nota 15)	(18.345)	(15.714)
Despesas tributárias (nota 15)	(716)	(471)
Outras receitas operacionais (nota 15)	5.541	1.656
Outras despesas operacionais (nota 15)	(6.577)	(2.681)
<b>Resultado Operacional</b>	<b>4.475</b>	<b>(3.845)</b>
<b>Resultado não Operacional</b>	<b>749</b>	<b>2.049</b>
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>	<b>5.224</b>	<b>(1.796)</b>
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro (nota 16)	(4.072)	(1.313)
Ativo fiscal diferido (nota 8)	2.993	3.203
Passivo fiscal diferido (nota 16)	(112)	-
Participações estatutárias no lucro	(8)	(10)
<b>Lucro Líquido dos Semestres</b>	<b>4.025</b>	<b>84</b>
<b>Lucro Líquido por Lote de Mil Ações - R\$ ..</b>	<b>0,09</b>	<b>0,00</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

do valor de mercado ainda não realizados reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido "Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda" até a sua realização por venda, líquido dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.

- Títulos mantidos até o vencimento - Os títulos e valores mobiliários os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos oriundos em contrapartida ao resultado do período.

**e. Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo**  
São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base *pro rata die*, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nos critérios definidos pela Resolução nº 2.682/1999 do Conselho Monetário Nacional.

**f. Outros valores e bens - Despesas antecipadas**  
A apropriação das parcelas de despesas com comissão sobre operações de créditos está de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

**g. Imobilizado**  
É demonstrado pelo custo, deduzida a depreciação, que é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: instalações, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação - 10%, e sistema de processamento de dados - 20%.

Conforme Resolução nº 3.566/2008 do Conselho Monetário Nacional, o saldo do Imobilizado está ajustado ao seu valor recuperável.

**h. Intangível**  
Correspondente aos direitos adquiridos cujo objeto referem-se a bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução nº 3.642/2008 do Conselho Monetário Nacional. Está composto por direitos na aquisição de softwares, amortizados pelo prazo pertinente.

**i. Provisão para imposto de renda e contribuição social**  
É calculada com base no resultado contábil ajustado do período, sendo os efeitos do imposto de renda e da contribuição social incidentes sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social contabilizados como imposto de renda diferido no ativo.

**j. Provisões de férias e décimo terceiro salário**  
As provisões de férias, acrescida do adicional de 1/3 (um terço), e do décimo terceiro salário, bem como respectivos encargos, são contabilizadas segundo o regime de competência.

**k. Outros passivos circulantes e exigíveis a longo prazo**  
São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos, em base *pro rata die*, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

**l. Outros critérios contábeis**  
Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/2007, que modifica alguns dispositivos da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976), com vigência a partir do exercício de 2008. Em termos gerais, a nova lei requer a harmonização das práticas contábeis adotadas no Brasil aos padrões contábeis internacionais derivados das normas emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

Ressaltamos que a adoção inicial das Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009 não apresentou impactos relevantes nas informações semestrais da Instituição, considerando que as principais alterações introduzidas pelas referidas Leis, que afetariam as operações da Instituição, já vinham sendo adotadas em função das normas contábeis já existentes emanadas pelo Banco Central do Brasil. Destacamos a seguir as práticas contábeis modificadas pela nova Lei:

- O ativo diferido fica restrito às despesas pré-operacionais e aos gastos incrementais de reestruturação;
- Os investimentos passam a ser avaliados pelo método de equivalência patrimonial, aplicado para as participações de 20% ou mais do capital votante (anteriormente o percentual era pelo capital total). A referida alteração somente passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2009 para as instituições financeiras;

- Foi criado um subgrupo no patrimônio líquido denominado "Ajuste de Avaliação Patrimonial", destinado ao registro de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e passivo, em decorrência de sua avaliação a preço de mercado.

Nesse contexto, as operações realizadas pela Instituição já estão apresentadas pelos valores representativos da época de sua realização, pois as operações ativas e passivas pré-fixadas estão ajustadas a valor presente pela existência das contas de rendas a apropriar e despesas a apropriar que ajustam essas operações aos valores que seriam obtidos na realização como se fossem operações à vista, bem como para os créditos e obrigações sujeitos a variações pós-fixadas, que são realizadas pelo seu valor à vista e tem os respectivos valores

### DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO (Em reais mil)

(Elaborada pelo Método Indireto)

	2010	2009
<b>FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES</b>		
Lucro líquido dos Semestres	4.025	84
Ajustes do resultado do semestre com recursos provenientes de atividade operacionais:		
Depreciação e amortização	266	257
Provisão para devedores duvidosos	13.214	22.542
Atualização de títulos patrimoniais	-	(177)
TVM - Ajuste positivo a valor de mercado s/ ações CETIP	(52)	-
Provisão para créditos cedidos com cobranças	(60)	-
Resultados com instrumentos derivativos	(1.058)	-
Provisão para impostos e contribuições diferidos	112	-
Provisão para créditos tributários	(2.993)	(3.203)
	13.454	19.503
Redução (aumento) nos ativos:		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(14.406)	(11.052)
Títulos e valores mobiliários	(1.394)	(158)
Operações de crédito	(76.651)	(72.571)
Outros créditos	(1.974)	(774)
Outros valores e bens	(3.057)	1.653
Relações Interfinanceiras e interdependência	611	(794)
	(96.871)	(83.696)
Aumento (redução) nos passivos:		
Depósitos	85.862	63.886
Operações Compromissadas	(1.000)	-
Relações Interfinanceiras	136	42
Outras obrigações	(3.227)	(2.450)
Variação nas receitas antecipadas	(95)	55
	81.676	61.533
<b>RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(1.741)</b>	<b>(2.660)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Alienação (aquisição) Imobilizado de uso	(84)	247
Alienação (aquisição) de Investimento	-	178
Alienação(aquisição) no Intangível	(320)	(436)
<b>RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(404)</b>	<b>(11)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Juros sobre o capital próprio creditados	(2.000)	(2.000)
Aumento de capital	3.732	4.078
<b>RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>1.732</b>	<b>2.078</b>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	(413)	(593)
Disponibilidades no início dos semestres	770	912
Disponibilidades no final dos semestres	357	319
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes</b>	<b>(413)</b>	<b>(593)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

periodicamente atualizados pelas taxas das operações. Dessa forma, o ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo, bem como para as operações de curto prazo, não ocasionou ajustes para o Banco Semear.

#### 4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

O saldo das aplicações interfinanceiras de liquidez está composto por:

APLIC. INTERFIN. LIQUIDEZ	30/06/2010	30/06/2009
Aplicações no Mercado Aberto:	59.231	20.696
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	29.232	20.696
Letras do Tesouro Nacional - LTN	29.999	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros:	1.760	1.430
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI	1.760	1.430
Total	60.991	22.126
Curto Prazo	28.691	8.429
Longo Prazo	32.300	13.697

Nos termos da Resolução nº 3.263/2005, do Conselho Monetário Nacional, a Instituição mantém acordo para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, firmado com Instituição Financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, cujas posições no encerramento do semestre findo em 30 de junho de 2010, podem ser assim sumarizadas:

	30/06/2010	30/06/2009
Posição Ativa:	1.760	1.4



### 13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### c. Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução nº 3.490/07 (Novo Acordo de Capital – Basileia II)

Amparadas nos desdobramentos do Novo Acordo de Capital (Basileia II), proposto pelo Comitê de Basileia para a Supervisão Bancária, foram editadas pelo Conselho Monetário Nacional as Resoluções nº 3.380/2006 e nº 3.464/2007, que, respectivamente, tratam das estruturas de gerenciamento de risco operacional e de mercado. Posteriormente, o Banco Central do Brasil editou as Circulares nº 3.360 a nº 3.368, nº 3.383 e nº 3.389, todas de 2008, definindo as metodologias de apuração das parcelas de capital para a cobertura dos Riscos de Crédito, Mercado e Operacional.

Para a compatibilização desses requerimentos, o Conselho Monetário Nacional editou a Resolução nº 3.444/2007, que define o Patrimônio de Referência (PR), e a Resolução nº 3.490/2007, que dispõe sobre a apuração do Patrimônio de Referência Exigido (Basileia II), vigente desde 1º de julho de 2008.

Os impactos desse enquadramento podem ser sumarizados no quadro abaixo:

Descrição	30.06.2010	30.06.2009
Patrimônio Líquido Ajustado	82.332	73.861
(+/-) Resultado do semestre	4.025	84
(-) Redução dos Ativos Diferidos	(941)	(475)
(=) Patrimônio de Referência Nível I	85.416	73.470
Patrimônio de Referência Nível II	-	-
Patrimônio de Referência Total (Nível I + Nível II) (a)	85.416	73.470
Alocação de Capital (por risco) - Resolução nº 3.490/2007 (a partir de 01/07/2008)		
Risco de Crédito (Pepr)	55.595	42.518
Risco de Mercado	1	1
Risco Operacional (Popr)	7.554	2.809
Risco Ações (Pacs)	560	-
Patrimônio de Referência Exigido (b)	63.710	45.328
Margem (a - b)	21.706	28.142
% de adequação do referencial exigido (a/b)	134%	162%
Capital direcionado para operação da carteira de Banking – RBAN (c)	748	1.077
Margem Final (a - b - c)	20.959	27.065
Índice de Basileia	14,75%	17,83%
Índice de Basileia Amplo (com RBAN)	14,58%	17,42%

No semestre findo em 30 de junho de 2010, o coeficiente de adequação ao Patrimônio de Referência Exigido (Basileia II) é de 14,58% (17,42% em 30/06/2009), enquanto o mínimo requerido é de 11%. Em relação à exigência mínima de Capital e Patrimônio Líquido para o funcionamento, a Instituição encontra-se de acordo com os limites determinados pela Resolução nº 2.099/1994.

### 14. RECEITAS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

A composição das receitas e despesas da intermediação financeira no semestre pode ser sinteticamente demonstradas na forma seguinte:

Receitas da Intermediação Financeira	30/06/2010	30/06/2009
Operações de crédito:	48.645	42.767
Rendas de empréstimos	34.973	19.924
Capital de giro	11.736	2.724
Conta garantida	1	466
Crédito pessoal	23.236	16.734
Rendas de títulos descontados	79	115
Rendas de financiamentos	14.943	5.391
Crédito Direto ao Consumidor - CDC	14.817	5.369
Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência - CDCI	126	22
Recuperação de créditos	1.434	4.116
Resultado da cessão de créditos	(2.882)	13.355
Reversão de cessão de créditos	98	(134)
Resultado de operações com tit. e val. mobiliários:	2.947	2.287
De aplicações interfinanceiras de liquidez	1.886	553
De títulos e valores mobiliários	1.061	1.152
Rendas de títulos de renda fixa	953	1.152
Rendas de títulos de renda variável	54	-
Ajuste positivo com títulos de renda fixa	2	-
Ajuste positivo com títulos de renda variável	52	-
Rendas de aplic. em Fundos de Investimentos	-	600
Ajuste negativo ao valor de mercado	-	(18)
Resultado com instr. financeiros		
derivativos:	1.058	539
De operações SWAP	1.058	539
Total	52.650	45.593
<b>Despesas da Intermed. Financeira</b>	<b>30/06/2010</b>	<b>30/06/2009</b>
Operações de captação no mercado:	(16.786)	(10.235)
Despesas de depósitos interfinanceiros	(1.021)	(1.913)
Despesas de depósitos a prazo	(15.099)	(8.138)
Despesas de opers compromissadas	(8)	(40)
Outras despesas de captação (FGC)	(658)	(144)
Provisão para créditos liq. duvidosa.	(13.214)	(22.542)
Reversão provisão para créditos liq. duvidosa	1.836	-
Provisão para créditos liq. duvidosa.	(15.050)	(22.542)
Total	(30.000)	(32.777)

### 15. RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

A composição das receitas e despesas operacionais no semestre apresenta a seguinte segregação:

Recargas (Despesas) Operacionais	30.06.2010	30.06.2009
Recargas de prestação de serviços:	477	115
Rendas de comissão de colocação de títulos	202	-
Rendas de garantias prestadas	202	115
Outras rendas de serviços prestados	73	-
Rendas de tarifas bancárias:	2.756	1.224
Recargas de confecção de cadastro - PF	2.601	1.023
Recargas de saque, transf. e outras rendas - PF	27	134
Recargas de confecção de cadastro - PJ	84	36
Recargas de transferência de recursos - PJ	21	14
Recargas de operações de crédito e outras rendas - PJ	23	17
Despesas de pessoal:	(1.311)	(790)
Benefícios	(219)	(184)
Encargos sociais	(227)	(152)
Proventos	(786)	(421)
Despesas de honorários de Diretoria	(79)	(33)
Outras despesas administrativas:	(18.345)	(15.714)
Comissões sobre operações de crédito	(11.856)	(9.673)
Despesas de marketing	(134)	(44)
Despesas de processamento de dados	(1.108)	(1.240)
Despesas de seguros	(69)	(61)
Despesas de serviços do SFN	(1.279)	(777)
Despesas de serviços técnicos especializados	(1.115)	(1.112)
Despesas de outros serviços de terceiros	(73)	(873)
Demais despesas administrativas	(2.711)	(1.934)
Despesas tributárias:	(716)	(471)
Tributos federais	(548)	(392)
PIS	(368)	(240)
COFINS	(163)	(71)
IOF bancado	(17)	(81)
Tributos estaduais	(3)	(1)
Tributos municipais	(165)	(78)
ISS	(152)	(62)
Outros tributos municipais	(13)	(16)
Outras receitas operacionais:	5.541	1.656
Recuperação de encargos e despesas.	1.891	399
Reversão de provisões operacionais	450	128
Outras rendas operacionais	3.200	1.129
Comissão de permanência no receb. de créditos	2.566	772
Multas no recebimento de créditos em atraso	523	60
Recarga de repasse	1	-
Variações monetárias ativas	110	221
Outras rendas operacionais	-	76
Outras despesas operacionais:	(6.577)	(2.681)
Descontos concedidos no recebimento de créditos	(6.133)	(2.608)
Perdas com fraudes em operações de crédito	-	(26)
Perdas na formalização de oper. de crédito (portabilidade)	-	(34)
Prejuízo renegociação	(7)	-
Provisão para opers de créditos cedidos com coobrigação	(46)	-
Provisão para créditos baixados - C/C Convênios	(369)	-
Outras despesas operacionais	(22)	(13)
Total	(18.175)	(16.661)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:	
Presidente	- Artur Geraldo de Azevedo
Vice-presidente	- Elcio Antonio de Azevedo
Conselheiro	- Aguinaldo Lima Azevedo Sobrinho
Conselheiro	- Ilvio Braz de Azevedo
Conselheiro	- Jairo Siqueira de Azevedo
Conselheiro	- Marcio Jose Siqueira de Azevedo

### PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores do Banco Semear S.A. Belo Horizonte - MG

1. Examinamos os balanços patrimoniais do Banco Semear S.A. ("Instituição"), levantados em 30 de junho de 2010 e 2009, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes aos semestres findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

### 16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social no resultado do semestre pode ser sinteticamente demonstrada na forma seguinte:

Discriminação	30/06/2010		30/06/2009	
	Imp.de Renda	Contrib. Social	Imp.de Renda	Contrib. Social
<b>Lucro antes da tributação sobre o lucro e participações estatutárias</b>	5.224	5.224	(1.796)	(1.796)
Juros sobre o capital próprio	(2.000)	(2.000)	(2.000)	(2.000)
Participações empregados	(8)	(8)	(10)	(10)
Adições (exclusões) permanentes	12	12	163	163
Difer. temporárias diferidas (a)	7.035	7.035	7.318	7.318
Difer. temporárias diferidas (b)	(52)	(52)	-	-
Resultado líquido ajustado	10.211	10.211	3.675	3.675
(-) Prejuízo Fiscal/Base Negativa	-	-	(364)	(364)
Base de cálculo tributável	10.211	10.211	3.311	3.311
Alíquota base	(1.532)	(1.532)	(497)	(497)
Alíquota adicional	(1.008)	(1.008)	(319)	(319)
<b>Totais - valores correntes</b>	<b>(2.540)</b>	<b>(1.532)</b>	<b>(816)</b>	<b>(497)</b>
Passivo fiscal diferido (b)	(75)	(37)	-	-
Ativo fiscal diferido (a)	1.875	1.118	2.010	1.193
<b>Totais - Geral</b>	<b>(740)</b>	<b>(451)</b>	<b>1.194</b>	<b>696</b>
	<b>(1.191)</b>		<b>1.890</b>	

(a) Ver nota explicativa nº 8 – Créditos Tributários.  
(b) Ver nota explicativa nº 12 – Outras Obrigações.

### 17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 30/06/2010	Depósitos à vista	Depósitos à prazo	Receitas (despesas) do semestre
Seculus Negócios de Varejo	1.613	-	(2.789)
Serra da Moeda Securitizadora de Créditos	118	-	(12.725)
Seculus Tecnologia S.A. (Prime Systems)	-	-	(229)
Empresas e pessoas físicas - Grupo Seculus	6.050	68.411	(3.286)
Total operações - empresas e pes.físicas ligadas	7.781	68.411	(19.029)
Empresas e pessoas físicas não ligadas	4.702	292.825	-
Total	12.483	361.236	-
Curto prazo	12.483	97.024	-
Longo prazo	-	264.212	-
<b>Em 30/06/2009</b>	<b>Depósitos à vista</b>	<b>Depósitos à prazo</b>	<b>Receitas (despesas) do semestre</b>
Seculus Negócios de Varejo	426	404	(3.133)
Serra da Moeda Securitizadora de Créditos	29	-	3.325
Seculus Tecnologia S.A. (Prime Systems)	-	-	(246)
Empresas e pessoas físicas - Grupo Seculus	645	51.255	(2.638)
Total operações - empresas e pes.físicas ligadas	1.100	51.659	(2.692)
Empresas e pessoas físicas não ligadas	2.473	139.055	-
Total	3.573	190.714	-
Curto prazo	3.573	55.988	-
Longo prazo	-	134.726	-

### 18. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A administração entende que a cobertura de seguros, em 30 de junho 2010, é suficiente para fazer face a eventuais sinistros que venham a ocorrer com os bens do ativo imobilizado.

### 19. OUTRAS INFORMAÇÕES

I. A Instituição possui processos trabalhistas, principalmente originados na gestão anterior à aquisição do controle societário da Instituição pelos acionistas do Grupo Seculus, no montante de R\$2.465 mil, integralmente suportado por depósitos judiciais, cujo valor está garantido por Instrumento Particular de Constituição de Fiança, formalizado por seus acionistas controladores, os quais reconhecem e se declaram como principais pagadores da obrigação quando de seu trânsito em julgado. Em decorrência de sua constituição e considerando a obrigação contratual dos antigos acionistas de ressarcir em atuais acionistas fiadores na forma ajustada no instrumento particular de compra e venda de ações da Instituição, decidiu a Administração pelo não-provisionamento do referido valor.

II. Estreitando o relacionamento com os clientes, usuários e fornecedores de seus produtos e serviços, bem como com as instituições de proteção aos direitos econômicos, o Banco Semear constituiu, desde outubro de 2007, seu componente organizacional de Ouvidoria, em observância às normas vigentes, em especial à Resolução nº 3.849, de 25 de março de 2010, do Conselho Monetário Nacional. Sua atuação consiste num canal de instância final de atendimento a demandas dos entes supramencionados.

III. Em conformidade com a Resolução nº 3.380, de 29 de junho de 2006, do Conselho Monetário Nacional, o Banco Semear S.A. mantém sistema informatizado específico para o gerenciamento de risco operacional, visando garantir a adequação da estrutura de gerenciamento de risco operacional aderente às melhores práticas do mercado e compatível aos produtos e processos da Instituição. O relatório de implantação de gerenciamento de risco operacional encontra-se na sede da Instituição à disposição dos interessados, sendo que o relatório do ano de 2009 encontra-se publicado no site de Internet da Instituição, no seguinte link: <https://www.bancosemear.com.br/Banco/Paginas/GestaoRiscos.aspx?>

DIRETORIA:	
Presidente	- Elcio Antonio de Azevedo
Vice-Presidente	- Marcio Jose Siqueira de Azevedo
Diretor	- Georges Ghassen Saleh
Diretor	- Romulo Hauley Costa Tiburtino

IV. Por sua vez, o Banco Semear constituiu estrutura para o gerenciamento de Risco de Mercado em atendimento à Resolução nº 3.464, de 26 de junho de 2007, do Conselho Monetário Nacional, buscando desenvolver as melhores práticas do mercado no gerenciamento deste risco, apoiando-se em modelos difundidos internacionalmente e nas recomendações do Banco Central do Brasil e do Comitê de Basileia. Adicionalmente, a Instituição também promoveu um upgrade de seu sistema informatizado de forma a garantir o adequado atendimento dos desdobramentos requeridos pelo normativo mencionado. O relatório do ano de 2009 encontra-se publicado no site de Internet da Instituição, no seguinte link: <https://www.bancosemear.com.br/Banco/Paginas/GestaoRiscos.aspx?>

V. Em 06 de julho de 2010, a Instituição foi notificada pela Receita Federal do Brasil acerca do Auto de Infração da COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, correspondente ao período de janeiro de 2006 a dezembro de 2009. Entretanto, referido Auto de Infração foi tempestivamente impugnado no dia 04 de agosto de 2010, em face de estar evadido por nulidade, diante da sentença transitada em julgado exatamente nos termos pedidos pela Instituição no Mandado de Segurança - processo nº. 1999.38.00.009554-7.

A Instituição adota critérios conservadores quanto às estimativas e avaliações de contingências fiscais e, com base em informações de seus assessores jurídicos, considera remotos os riscos de eventuais perdas com o referido Auto de Infração, mantendo acompanhamento constante de sua defesa.

VI. Em observância ao cronograma de implementação de estrutura de gerenciamento de risco de crédito disposto pela Resolução nº 3.721, de 30 de abril de 2009, do Conselho Monetário Nacional, a Instituição adotou as seguintes ações:

- indicou o Diretor responsável pelo gerenciamento do risco de crédito;
- definiu a estrutura organizacional para implementação do gerenciamento do risco de crédito;
- definiu a política institucional, dos processos, dos procedimentos e dos sistemas necessários à implementação do gerenciamento do risco de crédito.

RESPONSÁVEL TÉCNICO:	
Contadora	CRC-MG: 48852
Maria Aparecida F. de Souza Costa	

relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Semear S.A. em 30 de junho de 2010 e 2009, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os fluxos de caixa referentes aos semestres findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Belo Horizonte, 11 de agosto de 2010

Luiz Carlos de Carvalho  
Sócio-contador  
CRC 1SP197193/O-6 "S" MG

**BDO**  
BDO Auditores Independentes  
CRC 2SP013439/O-5 "S" MG